

UTOPIA

Palavra dúbia quanto à sua morfologia, vacilando entre o conhecimento substantivo e a vontade adjectiva, o neologismo utopia é um vocábulo formado por derivação a cujo tema nominal de origem grega topos (lugar) se antepôs o prefixo de negação u e se pospôs o sufixo nominal ia para designar simultaneamente uma impossibilidade lógica-formal e uma possibilidade retórica-imaginária: literalmente, um não-lugar, ou melhor, um não lugar (físico) que é lugar (literário). O título latino da narrativa da autoria do humanista inglês Thomas More (1477-1535) - *De optimo Reipublicae Statu deque Nova Insula Utopia Libellus Vere Aureus* -, que originariamente serve de suporte e ilustra o alcance temático do termo em análise, significa literalmente que ela trata da melhor forma de república, deste modo indicando que o seu conteúdo diegético incide sobre a descrição de um projecto de sociedade regido por princípios ideais de convivência humana. Vigorava essa república numa ilha não assinalada pelos geógrafos e descoberta por cinco aventureiros, entre eles um português, Rafael Hitlodeu. O relato escrito do que Rafael vira e experimentara na "óptima" ilha republicana - que ocupa o tema do segundo dos dois livros da narrativa - fá-lo-á o seu interlocutor, narratário-personagem, o "ilustre senhor Tomás More, cidadão e xerife da nobre cidade de Londres". E fá-lo-á, como se pode ler no frontispício da primeira edição de 1516, num "pequeno livro verdadeiramente aurífero e não menos útil que agradável", publicado na "soberana Universidade de Lovaina". À modesta dimensão desse livro corresponde paradoxalmente uma fortuna crítica marcada por uma ininterrupta acumulação de interpretações, comentários, exegeses que testemunham quer a relevância da sua matéria literária, quer a elasticidade da sua determinação genológica propiciadora das mais díspares leituras; mas também corresponde a indisputável originalidade da fundação, protagonizada por Thomas More, de um género literário até então desconhecido ou apenas esboçadamente entrevisto. É, portanto, a partir dos limites textuais desta narrativa fundadora que se torna possível realizar duas distintas operações hermenêuticas: a de definir o significado restrito, unívoco, da forma ou género literário da utopia e a de projectar o significado, amplo, plúvoco, contraditório e pluridisciplinar do conceito de utopia. Socorramo-nos, pois, de duas preciosas informações de natureza etimológica que muito favorecem a determinação rigorosa dos contornos semânticos e a fundamentação gnosiológica do neologismo utopia. A primeira é a que se deduz da leitura do pequeno poema - da autoria de Anemolius, o suposto poeta laureado da "óptima República" - inserido à guisa de próemio na edição princeps, a latina de 1516, e que consta como um dos anexos da edição inglesa de 1556, da responsabilidade do pioneiro tradutor da Utopia de Thomas More em língua inglesa, Ralph Robinson. O tom do poema é encomiástico e de auto-glorificação. Mediante o recurso à figura de retórica da prosopopeia, a "óptima República", revestida de uma natureza alegórica e animada, apresenta-se ao leitor na primeira pessoa e proclama a glória que lhe é devida

por ter materializado e transformado em realidade perceptível a qualidade etérea da utopia, essa outra designação pela qual era conhecida a cidade ideal mas irreal de Platão. E conclui afirmando que tal lugar dever-se-ia designar não propriamente utopia mas eutopia, um "lugar de felicidade". A substituição dos prefixos u por eu é quase imperceptível, mas é o suficiente para gerar duas unidades de significação discretas entre si. O prefixo eu conota qualidades positivas, adstritas às ideias de bem e de perfeição e, uma vez associado ao tema da palavra topos (lugar), o que daí deriva é uma nova abertura de sentidos, abrangendo ideias e imagens literárias relativas à originária e redonda perfeição ontológica e à nostalgia do paraíso. É conveniente sublinhar também que o périplo do marinheiro português Rafael levou-o, antes de aportar à ilha da Utopia, a outras paragens e ao conhecimento de outros povos, entre eles os *Macariens*, na versão anglicizada de 1556, ou *Macariensii*, na forma patronímica latina, aqueles que são felizes. Os Felizes, os Eutopianos e os Utopianos são, portanto, cidadãos de estados diferentes, relativamente próximos, mas não inteiramente coincidentes. Entre a utopia e a felicidade não há portanto isomorfia conceptual; deduz-se que haja directas correspondências axiológicas mas não simétricas equivalências ontológicas, intersecções mas não sobreposições de sentido, um caso de paronímia envolvendo neologismos, mas não de sinonímia.

Atendamos agora à segunda notícia com implicações hermenêuticas na determinação da noção de utopia inserida no início do segundo livro da Utopia de Thomas More. Aí, Rafael informa que o neologismo utopia é uma derivação sufixa do radical onomástico Utopus, o legislador filósofo que, após a conquista do território, empreendeu uma obra de modelação geográfica - insularizando o que fora uma península - e de modelação política e social - transformando o que fora uma horda de bárbaros numa superior e incomparável comunidade de cidadãos civilizados. Seguindo o exemplo teórico de Platão (c.422-347 a.C) e, antes dele, o exemplo prático de Licurgo (séc. VIII ou IX a.C.) - (o reformador político de Esparta a quem Plutarco (c. 50-c.125) dedicou uma biografia -, Utopus projecta e realiza um sistema de organização política e social governado por princípios de justiça moral e económica e regulamentado por um elenco diversificado de normas comportamentais favoráveis, segundo a sua perspectiva legisladora, à criação da mais justa convivência entre os cidadãos da sua República utópica. Utopus é, por isso, geralmente identificado com a figura platónica do rei-filósofo, o protótipo ideal da sabedoria e justiça humanas, mas com uma diferença relativamente àquele, a de ter sido um guerreiro conquistador antes de se ter convertido em sábio legislador. Na sua pessoa coexistem virtudes ou faculdades anímicas que Platão conceptualizara discriminadamente e atribuíra a personalidades ou naturezas humanas irreduzíveis e distintas entre si no seio da sua República ideal. À coragem (andreia) do guerreiro que assistiu Utopus na conquista de um território hostil e de gente selvagem, sobreveio-lhe a sabedoria (sophia) e o sentido de justiça, atributos do rei clemente e civilizador. E assim como a doutrina política da República de Platão - com a qual a "ótima

República" de More mantém, por alusões narrativas explícitas e por deduções implícitas, um forte vínculo de filiação doutrinária e de ressonância intertextual - fazia corresponder a harmonia das virtudes pessoais e dos elementos constituintes da alma à harmonia social da cidade, assim também a Utopia nos surge representada como uma autêntica emanção da alma ou, se se quiser, como uma projecção da consciência do seu criador. Na sua versão originária a utopia é, verbalmente, uma derivação etimológica onomástica e, ontologicamente, uma derivação consciente fantástica: quem a formou como palavra - o seu elemento constituinte radical, a priori -, quem a fundou como ser social foi uma alma ou consciência pensante, um sujeito sonhador. Todas as utopias literárias seguem no essencial este modelo de construção de sociedade ideal com origem num sujeito de conhecimento (individual ou colectivo, concreto ou abstracto) que, a partir da crítica que empreende às condições empíricas e ao funcionamento de uma sociedade historicamente dada, projecta mentalmente um programa alternativo, mais ou menos minucioso e não raro simetricamente invertido, de uma outra organização social e de uma outra conduta civil tidas como desejáveis.

Tomando em linha de conta a extensa bibliografia sobre a fenomenologia da utopia, verifica-se que, independentemente da focalização disciplinar (literária, estética, histórica, filosófica, psicológica, sociológica, política) ou da orientação temática a que tem sido submetido o seu estudo, é possível distinguir, grosso modo, entre aqueles autores de monografias que adoptam uma perspectiva distendida, alargada, de grande angular, e aqueles outros que focalizam as suas análises a partir da definição rigorosamente disciplinar do conceito de utopia. Esta separação de águas, metodologicamente útil e cientificamente imprescindível para a proficiente análise de um objecto de estudo com vastas implicações e diversificadas ramificações no saber geral da humanidade, pode explicitar-se, em linguagem epistemológica moderna, pela distinção entre o paradigma aberto, trans-histórico, universalista e multidisciplinar e o paradigma, delimitado, historicista, nacionalista, unidisciplinar do estudo da utopia. No primeiro integram-se aquelas obras que atribuem, a despeito da diferente estratégia das suas motivações e finalidades explicativas, um valor de perenidade e de universalidade arquetípica ao modo diversificado pelo qual se manifesta o pensamento ou a propensão utópica identificada com um procedimento humano sublimador e idealizante das condições gerais de vida; ao segundo pertencem as monografias, geradas a partir de um eixo de orientação temática especializada, que delimitam as suas análises a partir de um entendimento restrito do conceito de utopia, tida quer como sinónimo de modelo ficcional (paradigma literário) ou programático (paradigma sócio-político) de representação de uma sociedade ideal.. As variáveis e as combinações na abordagem do problema são assim inúmeras. Apontar a existência desses dois paradigmas é, todavia, útil para distinguir, por exemplo, o recenseamento enciclopédico do filósofo Ernst Bloch (1885-1977), o pensador que maior empenhamento exegético dedicou ao tema, ou ainda o

conteúdo de obras gerais sobre o pensamento utópico, como as histórias sobre a utopia, daquelas cujo escopo de análise se circunscreve à utopia *stricto sensu*, tomada como género literário específico ou como representação discursiva política-programática de uma forma outra - em princípio julgada melhor - de sociedade. Mas, dentro do paradigma literário do estudo da utopia também são discerníveis diferenças entre os autores que adoptam metodologicamente um enfoque unidireccionado para o estudo dos processos discursivos que explicitamente representam uma ou várias formas ideais de convivência humana - arcádica, (representações de lugares paradisíacos ou descrições de uma primigénia idade de ouro), quiliástica-milenária (especulações sobre o fim apoteótico do tempo histórico), utópica (descrições de sociedades ideais coetâneas ou futuras relativamente às sociedades conhecidas) - dos que estudam quer as ficções narrativas alinhadas com um ideal positivo e eufórico das condições colectivas e individuais de vida, quer as de pendor satírico, as anti-utopias, denunciadoras dos efeitos perversos provocados pelos projectos (reais ou imaginários) de engenharia social. Em termos de definição puramente genológica e literária, a utopia pode assim ser caracterizada como uma narrativa em que se descreve positivamente ou satiricamente (anti-utopia) uma comunidade organizada segundo princípios económicos, políticos, morais e ideológicos, situada num espaço e num tempo com variáveis índices de verosimilhança relativamente ao espaço e ao tempo conhecidos, e que comporta os seguintes motivos temáticos, inventariados por Raymond Trousson, autor representativo de uma abordagem metodológica que define o seu campo de pesquisa a partir da rigorosa determinação das regras do género literário utópico abstraídas na delimitação exemplar de um corpus de textos narrativos: a insularidade, donde decorre a representação ficcional de uma autarcia económica; a regularidade geométrica associada à uniformidade e à estabilidade das relações sociais imaginariamente representadas; o colectivismo que promove o motivo temático da frugalidade do consumo e a felicidade possível do maior número; o dirigismo instituído pela clarividência desinteressada de um sábio legislador cujo programa de organização e de funcionamento da sociedade é voluntariamente aceite pelos cidadãos utopistas; a pedagogia necessária à consumação de um totalitarismo humanista, isto é de uma forma auto-instituída de convivência humana que, sem quaisquer vínculos ideológicos de dependência à transcendência, opera a síntese harmoniosa e final entre interesses colectivos e individuais divergentes.

Bibliografia

DISTOPIA